



Impresso Especial

99143 7 2007 DR SC At FGC

Deputados mobilizados contra pedágio na BR-101 Sul

Ministério dos Transportes vai receber ofício de autoridades catarinenses pedindo fim da taxa em trecho não duplicado na rodovia; plenário aprova projeto que suspende cobrança em Palhoça e municípios do sul



Desde 17 de junho, na praça instalada em Palhoça, trecho não duplicado da rodovia, motoristas de carros estão pagando R\$ 1,10 e caminhoneiros o mesmo valor por eixo

Página 3



Grande Florianópolis encerra ciclo de 13 reuniões pelo estado

Audiências públicas do Orçamento Regionalizado apontam para mudanças

Página 5 a 10

Dionei assume vaga em rodízio do PT

Página 11

Documentário da TVAL conquista prêmio Fatma

Página 4

Legislativo recebe projeto que trata do plano de carreira da Polícia Civil



Presidente Jorginho Mello promete celeridade na tramitação

Página 11

OPINIÃO

Pouco tempo, muito trabalho

Assumir uma vaga no Legislativo Catarinense é sempre um grande desafio. Fui deputado por seis anos e sei o quanto é importante a nossa participação para a melhoria da qualidade de vida do povo catarinense. Fiquei fora da Assembleia Legislativa depois da última eleição, faltando menos de mil votos para me eleger.

Agora volto a compor a bancada por um período de 60 dias com a licença do deputado Padre Pedro Baldissera. É com muita responsabilidade que assumo a cadeira do companheiro de partido, por reconhecer no seu mandato o compromisso com trabalhadores sem terra e pastorais da Igreja Católica.

Vejo, hoje, que meu desafio é ainda maior do que das outras vezes em que fui deputado. Quero colocar na pauta da Assembleia alguns projetos que aprovei e foram vetados pelo governo do Estado, como o projeto em favor das pessoas que possuem restrições ao consumo de alimentos que contém glúten, os celíacos. A nossa proposta era de tratar os celíacos com mais atenção, como oferecer merenda escolar especial nas escolas, cesta básica com produtos apropriados para celíacos de baixa renda e até incentivos fiscais para as indústrias alimentícias que investissem em alimentos sem glúten.

Nós aprovamos este projeto enquanto fui deputado e derrubamos o veto feito pelo governo estadual, mas o projeto está parado por força de uma Ação de Inconstitucionalidade feita pelo Poder Executivo. Como pode ser inconstitucional tratar de forma diferente as diferenças? Isto não é assegurar a igualdade? Vamos resgatar esta luta.

Da mesma forma, continuaremos empenhados na solução dos problemas da região Sul do estado. São obras como a Barra do Camacho e a camada asfáltica no acesso ao Balneário Esplanada. Se nosso presidente da República chamou para si o acompanhamento das obras da BR 101, isto mostra o quanto nossa região é relevante para o crescimento de todo o Brasil.

Esta é também uma razão para assegurarmos que as medidas compensatórias das obras de duplicação da BR 101 sejam destinadas à nossa região. Na região de Criciúma fortaleceremos ações que visem a conclusão do anel viário e a importante construção do CEFET.

Enfim, esperamos agir de forma que nosso mandato sirva de instrumento de luta para cada cidadão, sobretudo aqueles organizados nos movimentos sociais, caminho no qual acreditamos que esteja a solução dos problemas coletivos. O tempo de dois meses é pequeno, mas nossa união e força de trabalho vão garantir que avancemos com nossas bandeiras, mais do que o tempo pareça permitir.

Deputado José Paulo Serafim (PT)

Lançado livro sobre TV Digital

A regulação da TV Digital por radiodifusão no Brasil é o tema central do livro lançado no dia 1º, no Plenarinho. O livro "TV Digital e Comunicação Social: Aspectos Regulatórios" é a tese de doutorado na USP do advogado, especializado em direito público, Ericson Meister Scorsim.

O autor, que proferiu palestra, afirma que o modelo de TV adotado pela Constituição Federal é plural, pois integra as televisões privadas, públicas e estatais.

Apesar disso, Ericson diz que o marco legislativo é inadequado, por não observar esta pluralidade institucional. Ele defende a revisão e o ajuste desse marco legislativo em conformidade com o texto constitucional, com o objetivo de possibilitar a concretização de direitos fundamentais como a comunicação, a informação, a educação e a cultura.



A proposta inovadora consiste na defesa da liberdade de comunicação social por radiodifusão, de modo a superar o velho conceito de serviço público. "Diferentemente da concepção jurídica tradicional, a televisão comercial não é um serviço público privativo do Estado, mas uma atividade econômica como qualquer outra, embora



Ericson: tese de doutourado

deva ser submetida à autoridade reguladora", observa o autor.

Ele propõe a superação da concessão de serviço público e, em sua substituição, a adoção da autorização administrativa. Afirma também que a categoria serviço público de televisão deve ser reservada para a TV Pública e a TV Estatal e que esses dois conceitos são confundidos. "A TV Brasil, embora seja alardeada como uma emissora pública, é na verdade, uma TV Estatal". Em seu livro, ele explica ainda que os serviços de televisão são atividades que devem ser compartilhadas entre o mercado, a sociedade e o Estado. um serviço público é dever do poder público estender isso aos brasileiros", enfatizou.

A defesa do direito de ir e vir

Num curto mandato de dois meses, estabelecemos prioridades que ao mesmo tempo em que reafirmassem o perfil combativo e luta do povo catarinense, ajudassem a promover avanços concretos nas conquistas sociais. Uma dessas questões é a da mobilidade urbana, porque é um tema que transversalmente toca todos os demais. Por fazer referência ao direito fundamental de ir e vir nas cidades, é o direito que instrumentaliza o acesso aos demais direitos, tais como a saúde e a educação.

O caos da mobilidade urbana decorre do crescimento sem planejamento das nossas cidades e da ausência de políticas públicas de Estado que tratassem adequadamente do tema. A simples concessão da exploração do transporte coletivo pela iniciativa privada, relegando esse delicado tema às leis de mercado, mostrou-se uma postura irresponsável e que hoje alija milhões de pessoas em todo

o Brasil, pela impossibilidade de arcar com os custos das tarifas do transporte coletivo.

Por outro lado, a saída do transporte individual, seja ele feito por automóvel ou por motocicleta, mostra-se insuficiente e só aumenta o problema do trânsito e dos grandes congestionamentos, da destruição do meio ambiente com a emissão de gases poluentes, além da tragédia social dos acidentes de trânsito. É uma saída que volta a tratar a questão da mobilidade pelas leis de mercado, que ao longo do último século, mostraram-se insuficientes para tratar das questões sociais no mundo todo.

É preciso construir alternativas, traçar uma perspectiva menos sombria. Estou convencida de que é preciso incentivar a utilização do transporte coletivo em larga escala, torná-lo atraente e competitivo com o transporte individual. Um aspecto importante é o barateamento progressivo das tarifas e para tanto

é fundamental a separação de custo do transporte da tarifa cobrada por ele. O transporte coletivo é o único serviço público essencial pago integralmente pelo seu usuário. Não ocorre a ninguém a idéia de que quando eu vá a um posto de saúde tenha que pagar pela seringa que vai ser usada, ou que ao recolher o lixo na porta da minha casa, o trabalhador cobre pela retirada do material. O princípio deve ser o mesmo para o transporte coletivo. Ninguém nega que o transporte tenha um custo, mas porque o usuário arca sozinho com esse custo no momento de sua utilização?

Neste dois meses, portanto, nossa intenção é suscitar o debate sobre a responsabilidade social do Estado em relação à mobilidade das pessoas, por entendermos que esta é uma função importante deste mandato.

Deputada Angela Albino (PCdoB)

AGENDA

- **Dia 6, 19 horas** Abertura da exposição da artista Sandra Assis **Local: Galeria de Arte Meyer Filho**
- **Dia 7, 19 horas** Sessão especial em comemoração aos 25 anos da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) **Local: Plenário**
- Dia 9, 9 horas Comissão de Legislação Participativa Audiência pública "O petróleo e a soberania nacional"
 Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright
- **Dia 10, 14h horas -** Comissão de Turismo e Meio Ambiente Audiência pública sobre o saneamento em Florianópolis e adjacências **Local: Auditório Antonieta de Barros**

Mesa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3° Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: http://www.alesc.sc.gov.br

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021 imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora **Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso **Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Santa Catarina, 3 de julho de 2009

INSTITUCIONAL

SUCATARINENSE

SUCATARINENSE

WWw.wastaffurnerfish com Jr

P

Desde 17 de junho, motoristas que trafegam na BR-101 em Palhoça pagam pedágio na praça instalada em trecho da rodovia que ainda não está duplicado

Parlamento mobilizado contra cobrança de pedágio em Palhoça

Audiência pública em Criciúma culmina com ofício que será encaminhado ao ministro dos Transportes



Presidente Jorginho Mello lidera deputados do sul na reunião em Criciúma

Os deputados estão mobilizados pela duplicação do trecho Sul da BR-101 e contra a cobrança de pedágio no local. Eles participaram de audiência pública, dia 25, na Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), em Criciúma, que culminou com ofício pedindo o fim da cobrança em Palhoça para moradores do Sul catarinense. Nesse sentido, o Parlamento aprovou, dia 1º, projeto de lei que isenta a cobrança (leia abaixo).

A rodovia integra a Agenda Positiva do Parlamento catarinense, que reivindica agilização de várias obras no estado, entre elas a duplicação do trecho Sul da rodovia. Em Palhoça, na Grande Florianópolis, a taxa começou a ser cobrada em

17 de junho. O documento, que será entregue ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, argumenta que a praça de cobrança no município foi instalada num trecho onde a duplicação não está concluída.

A reunião, em Criciúma, teve participação de deputados do Sul do estado, liderados pelo presidente do Parlamento, deputado Jorginho Mello (PSDB). Além do fimimediato do pedágio, os participantes da reunião também pedem à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a aceleração da duplicação até Osório (RS).

O tema que está mobilizando toda a sociedade foi debatido pelos prefeitos das microrregiões da Amrec, da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc) e da Associação de Municípios da Região de Laguna (Amurel). Os prefeitos de Criciúma, Clésio Salvaro (PSDB), de Palhoça, Ronério Heiderscheidt (PMDB), e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Alcântaro Corrêa, também participaram do encontro. Além do presidente da Casa, marcaram presença os deputados Manoel Mota (PMDB), Angela Albino (PCdoB), Décio Goés e José Paulo Serafim, do PT, Joares Ponticelli e Valmir Comin, do PP. No último dia 20, em Palhoça, um protesto reuniu moradores, políticos, caminhoneiros e demais motoristas contra a taxa.

Parlamentares reforçam combate

Os parlamentares foram unânimes nos pronunciamentos contra o pedágio em Palhoça. Segundo Jorginho Mello, toda a ação do Parlamento será para mobilizar lideranças políticas catarinenses para um encontro com o ministro dos Transportes para tratar do fim do pedágio, a exemplo da mobilização em prol do Código Ambiental. "Se precisar, vamos à Justiça reivindicar que seja cobrado o pedágio somente quando a rodovia estiver concluída nos seus últimos 3.500 metros", pontuou o presidente.

"Essa cobrança é um contrasenso, um equívoco. Precisamos sensibilizar o governo federal no sentido de suspender o pedágio", disse Angela Albino. Para Joares Ponticelli, "a cobrança é criminosa pela localização da praça, que prejudica quem trafega nos dois sentidos da rodovia". Posição apoiada por Valmir Comin, que classificou o pagamento como "injustificável e inadmissível" pelas más condições de trafegabilidade que a rodovia oferece. "Como podemos aceitar um pedágio sem rodovia duplicada?", questionou Manoel Mota.

José Paulo Serafim acredita na união para a sensibilização do governo no sentido de suspensão da cobrança. Décio Góes espera esclarecimentos sobre os contratos de concessão numa audiência pública dia 10 de julho, na Capital.

Aprovada isenção para moradores

Os moradores de municípios que abrigam as praças de pedágio de rodovias, com veículos emplacados no próprio local, ficam isentos do pagamento da taxa. Nesse sentido, foi aprovado, dia 1º, Projeto de Lei n.º 98/09, de autoria do deputado Cesar Souza Junior (DEM).

Apesar de polêmico, ainda depende de sanção governamental, o projeto recebeu adesão de todo o Parlamento. Ele foi aprovado com emenda substitutiva global do deputado Joares Ponticelli (PP), que estende a isenção aos moradores dos municípios do Sul do estado "até que sejam concluídas as obras de duplicação do trecho Sul."

Em sua justificativa, o autor argumenta que impingir aos moradores de zona rural, de pequenos municípios ou ainda dividir áreas de intensa densidade populacional acarreta repercussões financeiras.

"A iniciativa onera de forma desproporcional aqueles que habitam a localidade e se vêem obrigados a atravessar percursos de poucos quilômetros de extensão para, por exemplo, levar os filhos à escola, ir ao hospital mais próximo ou até mesmo chegar ao centro de sua cidade", observou.

O democrata, que teve a proposta inspirada pela implantação de pedágio no município de Palhoça, também acrescentou que a cobrança de tarifa nestes casos viola diretrizes básicas das relações jurídicas de consumo e informou que projetos semelhantes foram aprovados nas Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro e do Paraná. 4 AL NOTÍCIAS Santa Catarina, 3 de julho de 2009

INSTITUCIONAL

Seminário esclarece reforma política

Promovido pela Escola do Legislativo e Escola Judiciária Eleitoral de SC, debate trata da tramitação da proposta

Denise Arruda Bortolon

A Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, promoveu dia 26 o Ciclo de debates sobre a reforma política. O evento tirou dúvidas acerca do tema e buscou subsídios para contribuir com aperfeiçoamento da legislação eleitoral e do sistema democrático brasileiro.

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), falou sobre a parceria entre as duas entidades. Ano passado, as duas instituições promoveram um seminário que percorreu 11 macrorregiões do estado, levando instruções sobre as eleições municipais.

"Dos quase 2 mil participan-

tes apenas três passaram por demandas judiciais no processo eleitoral. Por isto decidimos realizar novos ciclos", explicou.

Já o diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, Márcio Vicari, esclareceu que a intenção do evento é fomentar o debate sobre a reforma política e eleitoral.

"Temos um modelo democrático que nos orgulha e já está consolidado em termos formais, mas é preciso aperfeiçoá-lo", ressaltou.

A importância deste debate no Parlamento catarinense foi mencionada pelo líder do PPS na Casa, deputado José Cardozo, Cardozinho. "Esperamos que a reforma possa virar realidade, assim como a reforma tributária, que são fundamentais para o nosso país", finalizou.



Deputado federal Fernando Coruja fala da tramitação da proposta no Congresso Nacional

Deputado Coruja afirma que mudança não dever ser concretizada esse ano

Membro do Grupo de Trabalho Temático da Reforma Política, o deputado federal Fernando Coruja Agustini (PPS/SC) abriu os debates falando da "Reforma Política no Congresso Nacional, Fidelidade Partidária; Inelegibilidade, Vida Pregressa e Captação de Sufrágio". Segundo ele, os políticos são os vilões deste século, principalmente, pelo financiamento privado das eleições. "A sociedade começou a ver os políticos desta forma quando o financiamento tornouse privado", comentou.

Coruja esclareceu que a reforma política não será aprovada neste ano e para ser aplicada em um pleito eleitoral deve ser aprovada no ano anterior. Mesmo assim, pequenos pontos da reforma eleitoral começam a tomar forma no Congresso Nacional, principalmente na forma de anteprojetos. Entre os pontos que se destacam, estão a regulamentação dos pré-candidatos, as regras do uso da internet para arrecadação de fundos e inserção de propagandas políticas, assim como o fortalecimento da lei eleitoral.

"A reforma eleitoral ganha força informalmente, pois é impulsionada pelos dois últimos partidos que ocuparam a Presidência da República, PT e PSDB, que já fizeram um acordo para discutir, entre outros assuntos, a figura do pré-candidato, sem o político precisar se descompactar do cargo que ocupa seis meses antes das eleições, como é atualmente", acrescentou.

Fidelidade

Sobre a fidelidade partidária, o deputado federal disse que o Supremo Tribunal Federal dispôs que os mandatos são dos partidos e esta determinação deverá permanecer. "Quando um parlamentar troca de partido é como se renunciasse ao mandato, mas o Congresso Nacional trabalha para que tenha uma janela para a troca de partido. O

PPS é contra, nenhum país adota a lista fechada", defendeu.

Oadvogado Mauro Antônio Prezotto, atuante do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destacou o "Financiamento Público de Campanha e Uso da Internet na campanha eleitoral - propaganda e arrecadação". Prezotto defende a propaganda eleitoral pela internet, não só na página do candidato, mas com acesso a todos os sites, levando em conta as dificuldades para a fiscalização. "Acho essencial e salutar a propaganda eleitoral pela internet. Porém, sabemos que poderá surgir discussão com relação ao direito de resposta aos outros candidatos. Este será o maior problema", antecipou.

O financiamento de campanha brasileiro hoje é praticamente privado. De acordo com o advogado, os maiores financiadores são os bancos, seguidos pelas construtoras. Este modelo facilita a corrupção e a criação do "caixa 2". "

O advogado Péricles Prade encerrou o ciclo abordando a "Alteração das formas de eleição: listas fechadas ou listas partidárias, formação de coligações, cláusula de barreira e Verticalização das coligações". Prade disse que não acredita na reforma política.

Documentário da TVAL recebe prêmio de jornalismo da Fatma

O documentário Santatec – Biocombustíveis, produzido pela TVAL (Televisão da Assembleia Legislativa de Santa Catarina), conquistou menção honrosa, referente ao segundo lugar, do prêmio Fatma de Jornalismo Ambiental, entregue pela Fundação do Meio Ambiente dia 30. O documentário mostra a produção de energia alternativa, o biogás, em Chapecó, com a utilização de dejetos de suínos.

Santatec – Biocombustíveis foi escolhido pela Fatma entre cerca de 600 trabalhos inscritos nas categorias televisão, mídia impressa e rádio. É a segunda premiação da série Santatec, que



Equipe da TVAL comemora conquista de segundo lugar com programa Santatec-Biocombustíveis

no ano passado obteve o primeiro lugar da categoria no Prêmio Fiesc de Jornalismo, concedido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. O documentário de 2008 abordou o desenvolvimento de software no estado e também foi finalista do concurso nacional do Sebrae.

O documentário foi idea-

lizado pela jornalista Suelen Costa, que também participou da produção com a repórter Tatiana Kinoshita. O trabalho contou com os cinegrafistas Rodrigo Ramos e Jorge Araújo, edição de Heverthon Medeiros e direção de Valdir Mauricio, além do apoio de Darci Costa.

Para as repórteres, o prêmio é um importante reconhecimento e serve de estímulo para a missão de uma televisão pública: informar com responsabilidade e isenção, divulgando as melhores experiências que acontecem em Santa Catarina.

O presidente da Fatma, Murilo Flores, destacou que as reportagens contribuem com a valorização do meio ambiente nos meios de comunicação e prestam serviço de conscientização da população divulgadas", afirmou.

Santa Catarina, 3 de julho de 2009

AL NOTÍCIAS

GERAL

Grande Florianópolis quer educação, saúde e infraestrutura

Última audiência para definir prioridades para Orçamento se destaca pela participação popular

Graziela May Pereira

Um grande número de mulheres e jovens participou, dia 29, da última de um ciclo de 13 audiências públicas do Orçamento Regionalizado 2009 (OR), no auditório do Centro Comercial Terra Firme, em São José, na Grande Florianópolis. Depois de muita discussão, já que compareceram pessoas das mais diversas áreas e defendendo prioridades diferentes, os 13 municípios da regional destacaram como primordiais ações na saúde, educação e infraestrutura. Ano passado, o saneamento básico, a segurança pública e o trânsito da Capital foram os temas mais debatidos.

Segundo o presidente da Comissão de Finanças, deputado Marcos Vieira (PSDB), também responsável pela Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, as audiências têm como objetivo discutir os anseios de cada região. Ele adiantou que

haverá um debate para melhor definir o formato das audiências nos próximos anos. "Vamos levar esse assunto para o âmbito interno da comissão. Alguma mudança tem que ser feita." O parlamentar ainda afirmou que, de qualquer forma, as audiências públicas terminaram com saldo positivo. "De forma transparente e democrática, tudo se resolveu. A Assembleia Legislativa cumpriu seu papel de reunir os mais diversos setores para chegar num máximo comum. Que em 2010 nós possamos ter nossos anseios resolvidos", afirmou.

A deputada Professora Odete de Jesus (PRB), questionou por que a população não participa mais do processo. "Para os próximos anos, é preciso uma estratégia melhor para incentivar a participação das pessoas. A reunião é muito importante porque define em que o governo deve investir. Não podemos contemplar todas, mas, na medida do possível, alguma coisa será feita. "



Deputados participam da última das 13 reuniões para definir prioridades das regionais para Orçamento de 2010

Deputados pregam visão regional

Os deputados José Natal Pereira (PSDB) e Professor Sérgio Grando (PPS) saíram em defesa de se pensar na região como um todo, e não apenas nos problemas isolados das cidades. "Temos a região mais populosa do estado e, por isso, devemos pensar bem no que iremos decidir", afirmou Natal.

De acordo com o deputado Professor Grando (PPS), é preciso se pensar numa região metropolitana e ressaltou que o governo não pode resolver todos os problemas de uma só vez. "Não é possível fazer tudo. E o mais importante do Orçamento é a fiscalização do cumprimento das emendas. É possível chegar numa harmonia."

O deputado Edison Andrino (PMDB) lembrou da experiência quando prefeito de Florianópolis, do orçamento participativo. "É imprescindível que as pessoas venham aqui para escolher as ações. Dessas escolhas depende o

futuro de muitos." Ele completou que o ideal é que o orçamento fosse impositivo, mas uma série de fatores impede que isso aconteça. "Defendo, por exemplo, uma reforma tributária para que o Estado não precise tanto do governo federal."

O representante da bancada do governo e relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Renato Hinnig (PMDB), afirmou que não é criando mais uma legislação que o problema será resolvido. "A vinculação de receita é um grande entrave. Só a folha de pagamento absorve grande parte dela. Tornar o orçamento impositivo é muito difícil." Como sugestão, Hinnig disse que é preciso debater a distribuição de recursos.

Em nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, o secretário Valter Gallina frisou que as audiências públicas do OR aumentam a responsabilidade do Executivo a cada ano e que praticamente 100% das demandas escolhidas no ano passado foram cumpridas. "A reconstrução da Ponte Hercílio Luz está em pleno vapor. O saneamento básico está sendo executado em diversos municípios. Espero que para o próximo ano se continue pensando no desenvolvimento da região", acrescentou.

Para o líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, a principal questão a ser debatida no momento é a necessidade de manutenção da Universidade de São José como pública. "Garantir a existência dessa instituição cria um caldo de cultura e um poder de debate. Manter a universidade mostra que a cidade produz cultura, produz pensadores."

Estavam presentes ainda o prefeito de São José, Djalma Berger (PSB), e os deputados federais Gervásio Silva (PSDB) e Edinho Bez (PMDB).

As escolhas das regionais

Grande Florianópolis

(Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara)

Audiência 2009

- Hospital Regional de Biguaçu;
- Construção, reforma e ampliação do ensino fundamental;
- Implantação do sistema de tratamento de esgoto sanitário nos municípios da Grande Florianópolis

Audiência 2008

- Construção, reforma e ampliação das escolas da rede pública estadual com projetos de acessibilidade;
- Reforma da Ponte Hercílio Luz;
- Implantação do sistema, coleta e tratamento do sistema de esgoto da Grande Florianópolis

Parlamentares defendem mudanças na metodologia

O saldo das audiências públicas apontou, principalmente, para a necessidade de mudanças na metodologia do Orçamento Regionalizado. Na avaliação dos parlamentares, o público tem comparecido em menor proporção aos encontros a cada ano já que as prioridades apontadas não têm força de constarem da peça orçamentária, uma decisão

que cabe ao Executivo.

Segundo o presidente da Comissão de Finanças, deputado Marcos Vieira (PSDB), para o próximo ano é preciso uma mudança. "As pessoas não compareceram, com exceção das duas últimas reuniões realizadas em Blumenau e São José. Teremos que debater um novo método. O atual não está

surtindo o efeito esperado".

Entre as alterações sugeridas pelos parlametares, está a que defende a transformação das emendas em impositivas, obrigando o Executivo a cumpri-las. Entre os defensores da ideia, estão os deputados da bancada do PT e do PP.

O deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), por sua

vez, defendeu a proposta de que o governo destine um valor ou um percentual para cada regional. A sugestão ganhou apoio de outros parlamentares. "Mudar a sistemática desse processo significa obter melhores resultados para a sociedade", disse.

De acordo com Peninha, grande parte das emendas discutidas nas reuniões não é cumprida. "As pessoas esperam que suas ações escolhidas, aconteçam. "

O deputado Renato Hinnig (PMDB) também se mostrou a favor de fixar um valor para as emenda, temendo o caráter impositivo. "Isso é muito perigoso já que a folha de pagamento e outras obrigaçõs do governo praticamente já ultrapassam 100% da arrecadação do Estado".

GERAI

Região de Braço do Norte, Laguna e Tubarão quer obras em rodovias

Representantes dos 17 municípios das regionais de Braço do Norte, Laguna e Tubarão definiram, dia 22, no auditório da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em Tubarão, as três ações que deverão entrar no Orçamento Estadual de 2010. Questões como a construção e a pavimentação de rodovias continuam a ser definidas como prioritárias.

De acordo com o presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Marcos Vieira (PSDB), a ideia é que os Conselhos Regionais das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) discutam a questão durante o ano. "É fundamental a participação da sociedade porque vamos verificar aqui as reais prioridades da região."

O deputado Genésio Goulart (PMDB) acredita que os encontros são importantes para os municípios porque apontam alternativas viáveis. "É uma forma de identificar o que o povo quer", afirmou.

A deputada Ada Faraco De Luca

(PMDB) afirmou que, durante as audiências públicas, é preciso pensar bem e escolher o que é realmente prioridade. O deputado Décio Góes (PT) defendeu, por sua vez, as reuniões para o estabelecimento de uma ligação entre a comunidade e o poder político. "É muito importante saber que as pessoas estão aqui para batalhar pelos seus interesses e estamos de olho nas obras. Se o governo vai utilizar as prioridades é outro ponto", disse.

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Renato Hinnig (PMDB), disse que é um compromisso do governador que as prioridades elencadas estejam contempladas na LOA que será entregue em setembro, na Assembleia Legislativa. "Ouvir a comunidade é importante e garantir que as ações elencadas por ela estarão no Orçamento é o nosso papel."

O parlamentar acrescentou que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) se comprometeu a incorporar as prioridades do OR no Orçamento de 2010. Também estavam presentes a deputada Professora Odete de Jesus (PRB), o deputado federal Edinho Bez (PMDB-SC), prefeitos, vereadores e lideranças.



Presidente da Comissão de Finanças, deputado Marcos Vieira, comanda reunião na Unisul, em Tubarão

As escolhas das regionais

Braço do Norte

(Armazém, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho)

Audiência 2009

- Apoio ao sistema viário rural; • Descentralização Financeira – NEP ou Cedup;
- Ações para implantação do Plano de Desenvolvimento Regional

Audiência 2008

- Recuperação e desassoreamento do Complexo Lagunar (Deinfra);
- · Construção do Hospital Regional de Imbituba;
- Apoio ao Sistema Viário Rural.

(Garopaba, Imaruí, Imbituba e Paulo Lopes)

Audiência 2009

- · Supervisão, pavimentação e manutenção da Estrada do Camacho até o Farol de Laguna;
- Pavimentação da Rodovia do Contorno Norte, estrada que liga Paulo
- Lopes ao município de Garuva; e • Pavimentação da Rodovia SC-437
- até BR-101 que liga a Imaruí

Audiência 2008

- Descentralização financeira NEP ou Cedup;
- Apoio ao sistema viário rural;
- Ações para implantação do Plano de Desenvolvimento Rural

Tubarão

(Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão e Treze de Maio)

Audiência 2009

- Pavimentação asfáltica da SC-382
- Pedras Grandes Orleans; • Construção de Arena Multiuso em Tubarão;
- Construção de casas populares nos municípios da regional de Tubarão

Audiência 2008

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Pedras Grandes a Orleans;
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão da rodovia Interpraias de Laguna a Passos de Torres;
- Implantação e manutenção das emergências do pronto socorro e Unidade de Terapia Intensiva (UTI) nos hospitais filantrópicos.

Sul elege prioridades

Regionais de Criciúma e Araranguá abrem segunda etapa de audiências



Na reunião, deputados ouvem reivindicações da população abrangida pelas regionais de Araranguá e Criciúma

A primeira audiência pública da segunda etapa do Orçamento Regionalizado, no Auditório Ruy Hulse, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), em Criciúma, no Sul do Estado, definiu obras de infraestrutura como prioridade para as regionais de Criciúma e Araranguá. Elas deverão constar do Orçamento do Estado de 2010 como sugestão e não há obrigação por parte do governo de colocá-las em prática.

Por intermédio da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), a audiência reuniu poucas pessoas.

Conforme Marcos Vieira, a Assembleia Legislativa vem cumprindo seu papel. "É muito importante que a sociedade civil e os poderes públicos se unam para discutir e definir suas necessidades."

Também presente ao evento, a deputada Odete de Jesus (PRB) defendeu as reuniões. "Todas as prioridades definidas serão apresentadas ao governador e nós, como deputados, faremos o possível para apresentá-las como emendas. A população do Sul merece ser ouvida", disse.

O deputado Décio Góes (PT) destacou as prioridades e defendeu a construção do anel viário. "A obra via desafogar toda região, mas não podemos esquecer da área de saúde. A região carbonífera é uma das poucas que não possui um hospital regional",

Destacando a Interpraias como prioridade, já que incrementa o turismo, o deputado Manoel Mota (PMDB) afirmou que a obra tem apelo muito forte. "Vamos começar a explorar esse potencial. Essa é uma bandeira que precisa ser carregada". Sobre a reavalização da forma como acontecem as reuniões, Mota sugeriu que os Conselhos Regionais participem do evento.

O deputado José Paulo Serafim (PT) disse que as reuniões estão perdendo a força e a população está desacreditada, já que 80% das ações no ano passado não foram cumpridas. "O Legislativo vem cumprindo seu papel e merece mais respeito do governador. "

Entre os presentes, estavam o deputado federal Acélio Casagrande (PMDB/ SC) e o secretário regional de Araranguá,

Planalto Serrano defende infraestrutura e saneamento básico



Representante de Lages, líder do governo, Elizeu Mattos prega revitalização da SC-458, que liga BR-116 a Campo Belo do Sul

A nona audiência pública do Orçamento Regionalizado, no Auditório Caverna, da Udesc, em Lages, dia 23, apontou obras de infraestrutura e saneamento básico como prioridade. O relator da LOA, deputado Renato Hinnig (PMDB), vai apresentar, dia 8 de julho, seu parecer. A peça orçamentária, iuntamente com as emendas, deve ser votada entre os dias 11 e 15 de julho.

Representante de Lages, o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), defendeu a revitalização da SC-458, que liga a BR-116 a Campo Belo do Sul, como uma prioridade que não pode ser esquecida. "Temos que dar continuidade ao que já está em andamento. A região sempre foi atendida em suas reivindicações, e por isso vamos discutir e trabalhar para as coisas acontecerem."

Cerca de 80 pessoas participaram do encontro, repetindo o que vem acontecendo em outras regionais. O pequeno público tem preocupado os parlamentares que acreditam que a população esteja desacreditada com o processo, já que atualmente o OR é apenas autorizativo e

não impositivo. Em relação ao baixo número de participantes, Elizeu disse que as pessoas precisam participar mais, para aí sim poder reclamar. "Ouando há luta e envolvimento tudo acontece. Temos que batalhar pelo que nós queremos."

Presente em todas as audiências, a deputada Odete de Jesus (PRB) afirmou que quando as pessoas têm seus pedidos atendidos, elas acreditam no futuro. "Quando saímos de casa e damos nossa cara à tapa é porque temos a esperança de que seremos ouvidos. E isso vai acontecer aqui."

Missão

O deputado Ismael do Santos (DEM) é um dos parlamentares que defende o OR impositivo. "Temos percebido nos últimos anos que a população já não acredita mais neste sistema, por isso eu defendo um orçamento impositivo. Tudo o que decidimos aqui, na verdade, tudo o que povo decidiu aqui, como prioridade, deve ser respeitado", defendeu.

Uma maior execução das ações prio-

rizadas no Orçamento é o que deseja o deputado Sargento Amauri Soares (PDT). "É claro que nossa missão aqui é ouvir, mas temos que lutar por um percentual maior de execução dessas prioridades. Dessa forma, a população acreditará nesse sistema e comparecerá mais".

O deputado Décio Góes (PT) disse que pretende apresentar uma proposta para aprimorar a forma como acontecem as reuniões. "Temos várias demandas, mas temos que aprender a priorizar, porque o cobertor é curto e não cobre o corpo todo"

Numa rápida pesquisa feita pelo deputado José Natal Pereira (PSDB), apenas seis pessoas, das 80 presentes, não eram funcionários municipais ou estaduais. "Poucos estão decidindo por muitos. É preciso uma maior participação da população. A sociedade está perdendo o interesse, talvez por causa da frustração, mas isso tem que mudar", disse.

Também estavam presentes o secretário Regional de Lages, Osvaldo Uncini, e a secretária Regional de São Joaquim, Solange Scortegagna Pagani.

As escolhas das regionais

Araranguá

(Araranguá, Baln. Arroio do Silva, Baln. Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo)

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação da rodovia Interpraias; · Construção da Barragem do Salto;
- Terraplanagem e asfaltamento da rodovia que liga Jacinto Machado a Praia Grande;
- Acesso Balneário Arroio do Silva;
- Desapropriação e terraplanagem do contorno viário
- Pavimentação de Santa Rosa do Sul à Escola Agrotécnica Federal

Audiência 2008

- Conclusão da Barragem do Rio do Salto;
- Rede de distribuição residencial e comercial da região
- Pavimentação asfáltica de Santa Rosa do Sul à Escola Agrotécnica Federal

(Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Moro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga)

Audiência 2009

- Contorno do anel viário de Criciúma;
- Manutenção dos convênios para atendimento de alta e média complexidade;
- Ligação da BR-101 ao Balneário Esplanada

- Audiência 2008 • Implantação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário;
- Implantação da Rede Estadual de Atenção à Saúde do Trabalhador;
- Manutenção rotineira de rodovias

As escolhas das regionais

(Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta e São José do Cerrito)

- Investimento e aquisição de máquinas para recuperação de estradas municipais e estaduais;
- Implantação de rede de distribuição Alto Vale do Itajaí e Serra Catarinense;
- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final de resíduos ou saneamento básico

Audiência 2008

- Readequação das instalações e equipamentos para
- alunos da educação básica portadores de deficiência; • Investimento e aquisição de máquinas para recuperação de estradas municipais e estaduais;
- Manutenção de convênio para adequação da atenção da média e alta complexidades

São Joaquim

(Bom Jardim da Serra, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici

Audiência 2009

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do Trecho Urupema/Rio Rufino/Urubici SC-439;
- Recapeamento SC-438 Trecho Rio Lavatudo/São Joaquim/Bom Jardim da Serra;
- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário em São Joaquim

- Armazenagem no meio rural;
- Reabilitação e supervisão no trecho Rio Lavatudo;
- · Centro Administrativo Regional

GERAL

Canoinhas recebe audiência do Orçamento Regionalizado após 10 anos

Investimentos em infraestrutura lideram reivindicações também da regional de Mafra

Depois de 10 anos, Canoinhas, no Planalto Norte, recebeu novamente a audiência pública do Orçamento Regionalizado, que destacou como prioridades das regionais de Canoinhas e Mafra questões relacionadas a infraestrutura. A reunião, presidida pelo vice-presidente da Comissão de Finanças, deputado Darci de Matos (DEM), foi realizada, dia 24, no Anfiteatro da Universidade do Contestado (UnC).

Na época da última reunião, os munícipios integrantes das regionais pediram reparos em hospitais, obras de infraestrutura urbana, manutenção de rodovias e construção de pontes. Realizadas pela Assembleia Legislativa, através da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), pela Coordenadoria do Orça-

mento Estadual e pela Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, as audiências públicas têm como finalidade elencar três ações de interesse para cada regional.

O deputado Darci de Matos (DEM) abriu os trabalhos afirmando que Santa Catarina é o único estado do Brasil que proporciona esse debate. "Temos convicção que vamos aprender muito e certamente definir as prioridades", disse.

Natural de Canoinhas, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) lembrou que essa é a primeira vez que o Planalto Norte recebe sua própria audiência. "Numa reunião histórica, debatemos e escolhemos onde vai ser aplicado nosso dinheiro para uma melhor qualidade de vida."

Aguiar destacou três ques-



Público acompanha e participa das escolhas das regionais de Canoinhas e Mafra para o Orçamento de 2010



Presidida pelo deputado Darci de Matos, reunião apontou também prioridades para saneamento e saúde

tões importantes para a regional de Canoinhas como a regionalização do Hospital Santa Cruz e o saneamento básico. "O município de Canoinhas não possui nenhum metro quadrado de esgoto. Isso me preocupa muito", completou.

Os problemas na infraestrutura foram destacados pelo prefeito de Canoinhas, Leoberto Weinert (PMDB). Ele cobrou mais atenção do governo estadual. "Grande parte de nossas estradas é deficiente e não atende a população. Mas não posso esquecer-me de agradecer ao governador de nos dar a oportunidade de podermos discutir aqui nossos problemas e deficiências".

O prefeito de Bela Vista do Toldo, Adelmo Alberti (PSDB) também mencionou a infraestrutura e o saneamento básico como principais problemas do município. "Essa é a nossa oportunidade de elencar as prioridades das prioridades. Nosso inexistente saneamento básico e as ruas sem pavimentação deixam a população carente de questões básicas. Temos que valorizar o nosso cidadão. E é isto que iremos fazer aqui", finalizou.

Estavam presentes no evento o secretário da Secretaria Regional de Canoinhas, Edmilson Verka, o secretário regional de Mafra, Abel Schroeder, além de prefeitos, vereadores e entidades civis.

As escolhas das regionais

Canoinhas

(Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras)

Audiência 2009

- Apoio ao sistema viário rural;
- Regionalização do Hospital Santa Cruz;
- Criação de um aeroporto regional em Porto União

Audiência 2008

- Recuperação do Hospital Santa Cruz de Canoinhas;
- Apoio ao sistema viário rural;
- Construção Subestação Distribuição

Mafra

(Campo Alegre, Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul)

Audiência 2009

- Apoio ao sistema viário rural;
- Equipamento e manutenção para as Clínica de Acompanhamento Psico-Sócio-Educacional para exames e alta e média complexidade;
- Atendimento ao transporte escolar do ensino fundamental

- Fomento à implantação de pequenas agroindústrias no meio rural, Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) ;
- Apoio ao sistema viário rural;
- Ações para a implantação do Plano de Desenvolvimento Regional

GERAL

Norte prioriza investimentos em educação

Regionais de Joinville e Jaraguá do Sul cobram investimentos na construção e reforma de escolas

As regionais de Joinville e Jaraguá do Sul definiram, dia 25, investimentos em educação como prioridade no Orçamento Estadual de 2010. Promovida pela Comissão Coordenadora precisa ser aprimorado. Com o orçamento não é diferente. Nosso objetivo é fazer com que as pessoas sejam contempladas nos seus desejos", afirmou.

do Orçamento Regionalizado

e pela Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), a audiência públi-

ca foi realizada no auditório da

Associação de Municípios do

Nordeste de Santa Cataria (Amu-

nesc). No ano passado, a região

escolheu ações na área da saúde,

orçamento nas regionais catari-

nenses foi novamente destacada

como inovação pelo deputado

Darci de Matos (DEM), que pre-

sidiu a reunião. "Esse evento se

revela da maior importância e

constitui-se como a máxima

manifestação de democracia.

E o governo, com certeza, vai fazer com que essas ações se

O relator da Lei de Diretrizes

Orçamentária, deputado Renato

Hinnig (PMDB), garantiu que vai

fazer constar da peça orçamen-

tária todas as prioridades elen-

cadas nas regiões. "Tudo na vida

cumpram", observou.

A estratégia de debate do

educação e infraestrutura.

Desafio

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) lembrou que a Assembleia Legislativa promove as reuniões, mas que tem um desafio maior. "Nosso maior desafio é fazer com que as reivindicações sejam cumpridas. Temos que encontrar novas fórmulas ou mecanismos para que as prioridades sejam efetivamente executadas." Segundo ele, uma nova metodologia de trabalho traria o público para participar das reuniões.

O deputado José Cardozo – Cardozinho (PPS) disse que muitos recursos podem ser utilizados dessa forma. "A descentralização trouxe benefícios para o estado, principalmente no que diz respeito à utilização dos seus recursos. Estar aqui em Joinville e poder escolher onde (os recursos) podem ser aplicados é maravilhoso", acrescentou.



No comando da reunião, deputado Darci de Matos destaca espírito democrático das audiências públicas

Prefeito de Joinville, Carlito Merss participa das discussões

Prefeito de Joinville destaca experiência

Idealizador da emenda que criou o Orçamento Regionalizado, em 1996, o prefeito de Joinville, Carlito Merss (PT), afirmou que a reunião tem para ele um significado muito especial e que toda mudança que acontecer é bem-vinda. "Num momento como aquele que vivíamos conseguimos aprovar duas emendas, 12 e 13, que mudaram a história de Santa Catarina. O fundamental é que o debate seja franco,

as reivindicações justas e que a população tenha clareza do que é ou não exequível", disse. Carlito completou que prentende implantar a mesma experiência de um orçamento participativono município. A iniciativa, inédita em Joinville, terá início no próximo mês, onde 14 regionais definirão suas propostas que serão apresentadas ao Prefeito.

Sandro Dias, vereador pelo PPS e presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joinville, destacou três pontos importantes para a regional. A infraestrutura, o parque industrial e as questões ligadas à educação foram consideradas as mais necessitadas por ele. "Tudo o que favorece a região será bem-vindo por nós. O trabalho realizado pela Assembleia valoriza o debate porque mostra ao governo onde utilizar seus recursos", finalizou.

As escolhas das regionais

Jaraguá do Sul

(Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Schroerder)

Audiência 2009

- · Construção, ampliação e reforma do ensino médio;
- · Humanização das rodovias;
- Centro Administrativo Regional

Audiência 2008

- Obras emergenciais de construção, ampliação e reforma para o ensino médio;
- Obras emergenciais de construção, ampliação e reforma para o ensino fundamental;
- Construção do Centro Administrativo Regional

loinville

(Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Garuva, Itapoá, Joinville, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú)

Audiência 2009

- Construção e ampliação e reforma das escolas de educação básica;
- Apoio aos municípios para as unidades de atendimento e equipamentos/saúde;• Construção do centro educacional regional para adolescente em conflito com a lei

- Obras emergenciais, construção, ampliação e reforma do ensino fundamental;
- Construção da Unidade da Secretaria de Segurança Pública (SSP);
- Apoio ao Sistema Viário Urbano

10 AL NOTÍCIAS Santa Catarina, 3 de julho de 2009

GERAL

Vale aponta infraestrutura e saúde

Regionais de Blumenau, Brusque, Itajaí e Timbó definem ações para serem incluídas no Orçamento do Estado

Miriam Zomer

Prioridades como infraestrutura e saúde foram definidas pelos quase 90 participantes da penúltima audiência pública do Orçamento Regionalizado, dia 26, à tarde, no Auditório J, da Universidade Regional de Blumenau (Furb). Ano passado, as regionais de Blumenau, Brusque, Itajaí e Timbó também pirorizaram as mesmas ações.

Presidida pelo deputado José Natal Pereira (PSDB), a reunião apontou três ações para cada regional. Representante da região de Blumenau, Jean Kuhlmann (DEM) defendeu que as propostas feitas no ano passado fossem repetidas. "Como não foram cumpridas e são de extrema importância, temos que trabalhar para recolocar aquilo que no ano passado não foi executado", observou.

Concordando com a proposta, o deputado Giancarlo Tomelin (PSDB) alertou também para necessidade de investimentos em saúde. Tomelin também afirmou que é um grande defensor da mudança da sistemática do Orçamento Regionalizado. "O Estado não consegue cumprir o que é reivindicado nessas audiências. Por isso, alguma mudança tem que ser feita. E isso deve acontecer por dois motivos: pelo desgaste à

política que isso traz e porque se as pessoas solicitam é porque realmente precisam", completou.

A validade das audiências foi lembrada pelo deputado Ismael dos Santos (DEM). "É um instrumento importante porque ajuda a programar a execução do governo. É também uma ferramenta fiscalizadora, porque dá visão da saúde do nosso governo."

O deputado Renato Hinnig (PMDB), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), lembrou que nem todas as emendas conseguem ser incluídas na peça. "Gostaria muito de atender os pleitos de todos, mas o Orçamento do Estado não comporta todas as solicitações dos parlamentares. Mesmo assim, garanto que as prioridades definidas por vocês, participantes, serão contempladas. Mas deveremos pensar naquilo que for exequível. Não podemos sonhar com aquilo que não poderá constar na peça orçamentária".

Presente também na reunião, o deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB) destacou três ações que considera importantes para a regional de Itajaí: o Centro de Eventos em Balneário Camboriú, saneamento básico e a ponte que liga os municípios de Itajaí e Navegantes.



Em reunião comandada por Natal, parlamentares da região, como Kuhlmann e Ana Paula, defendem execução das ações

Parlamentar destaca preocupação com cheias

A deputada licenciada do PT, Ana Paula Lima, afirmou que o OR seria extremamente bom se fosse plenamente executado.

"Santa Catarina é um estado diferenciado. Cada região tem suas características e precisam ser respeitadas, e é aí que entra o Orçamento Regionalizado., que funciona para que as pessoas possam lutar pelos seus interesses",

Como principais ações para o

Vale, Ana Paula destacou investimentos na previsão de cheias e projetos voltados para crianças, idosos, mulheres e no combate às drogas.

Destacando o quanto é difícil para os deputados conhecerem o que é importante em cada região, o deputado Dagomar Carneiro (PDT) defendeu a importância das audiências públicas para o Estado.

O deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), por sua vez, reapresentou sua sugestão de mudança para o OR do próximo ano, que deveria, na sua avaliação, destinar a cada região um percentual ou um valor garantido. "Se não pudermos trabalhar com percentual, pelo menos que possamos trabalhar com valor. Acho que dessa forma a participação cresceria."

Também estavam presentes os secretários da SDR de Blumenau, Paulo França, e da SDR Timbó, Luiz Polidoro.

As escolhas das regionais

Blumenau

(Gaspar, Ilhota, Luis Alves e Pomerode)

Audiência 2009

- Manter convênio para adequação da atenção da média e alta complexidade hospitalar;
- Alternativa paralela Rodovia Guilherme Jensen SC-474;
- Revitalização do roteiro rural Blumenau/Pomerode (via Vila Itoupava)

Audiência 2008

- •Manter convênio para adequação da atenção da média e alta complexidade hospitalar;
- Revitalização do roteiro rural Blumenau/Pomerode (via Vila Itoupava);
- Alternativa paralela Rodovia Guilherme Jensen

Brusque

(Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas)

Audiência 2009

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Brusque/Camboriú/Vila Limeira;
- Capeamento asfáltico no trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau;
- Melhoria dos pontos críticos e construção de 3ª pista na rodovia SC-411 Brusque/São João Batista

Audiência 2008

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Botuverá/Vidal Ramos;
- Melhoria dos pontos críticos e construção da terceira pista da rodovia SC-411 Brusque/São João Batista;
- Subvenção financeira a entidade privadas sem fins lucrativos conveniados ao SUS

Itajaí

(Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo)

Audiência 2009

- Implantação de unidade prisional na região da SDR Itajaí;
- Implantação do novo acesso viário Itajaí/Navegantes;
- Implantação de hospital regional de atendimento de urgência e outras especializações

Audiência 2008

- Implantação do anel viário Itajaí/Navegantes;
- Implantação do hospital regional de atendimento urgência/emergência e outras especializações;
- Obras emergenciais, construção, ampliação e reforma no ensino médio

Timbó

(Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Rodeio)

Audiência 2009

- Pavimentação asfáltica na estrada que liga Encano/Ascurra;
- -Apoio ao sistema viário estadual;
- -Construção de unidade da SSP na regional

- Pavimentação asfáltica Encano/Ascurra;
- Apoio ao sistema viário estadual;
- Construção do quartel da Polícia Militar no município de Indaial

Santa Catarina, 3 de julho de 2009

AL NOTÍCIAS 1

GERAL

Projeto da Polícia Civil no Legislativo

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), recebeu, dia 1º, o projeto de lei que trata do Plano de Carreira dos servidores da Polícia Civil das mãos do secretário de Coordenação e Articulação, Valdir Cobalchini. Entre as reivindicações contempladas, estão a abertura de cerca de duas mil vagas para agentes e 60 vagas para delegado. O projeto tramita em regime de urgência, devendo ser votado em 45 dias. As comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, e de Segurança Pública vão analisar e emendar, caso seja necessário.

Representantes da Polícia Civil, entre eles a presidente da Associação de Delegados de Polícia de Santa Catarina (Adepol/SC), delegada Sonêa Neves, o secretário de Estado da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, o delegado Geral da Polícia Civil, Maurício José Eskudlark, além dos deputados Antônio Aguiar (PMDB), Elizeu Mattos (PMDB), José Natal Pereira (PSDB), também prestigiaram a entrega.

Também vão entrar na Casa, no dia 7, outros três projetos de lei que poderão tramitar junto com o plano de carreira, já que também entram com regime de urgência. Entre eles, um que trata de abono que será concedido a todos os funcionários da Secretaria de Segurança Pública (SSP) de R\$ 300, que será pago em três parcelas;



Presidente Jorginho Mello recebe projeto que trata do Plano de Carreira

outro que prevê indenização em caso de morte e invalidez, de R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, respectivamente; e, por fim, o projeto que prevê a readequação salarial da Polícia Militar comparando com os salários da Polícia Civil.

Jorginho Mello recebeu o projeto em nome de todos os parlamentares. Ele enfatizou que o Parlamento tem interesse em aprovar a demanda com celeridade, obedecendo ao Regimento Interno da Casa. "Já determinei o seu protocolo e a tramitação rápida para que seja aprovado, junto com os demais projetos referentes à Segurança Pública, antes do recesso. A Assembleia vai, de forma soberana, avaliar e emendar as matérias se for necessário."

Antes de entregar o projeto do plano de carreira, Cobalchini

salientou que estava cumprindo compromisso do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Ele também lamentou por não ter entregado na data combinada, 15 de junho. "O projeto chegou um pouco atrasado, mas melhor que a primeira proposta. Tecnicamente é quase perfeito", disse.

Amplamente discutido pela base governista, Segurança Pública e do governo estadual, o plano marcou novo modelo de melhorias para as categorias de servidores públicos. "Sua elaboração atende as reivindicações da categoria", ressalvou Benedet. Para Sonêa, o plano de carreira resgata luta de 27 anos, entretanto, outras reivindicações serão cobradas, já que não trata de melhorias salariais. Já Eskudlark, considerou o projeto como um grande avanço institucional.

APROVADOS

Autorizada perícia da insalubridade

Em reunião ordinária semanal dia 1º de julho, os parlamentares que integram a Mesa da Assembleia Legislativa aprovaram por unanimidade a realização de uma perícia para avaliar as condições de insalubridade das atividades realizadas no Palácio Barriga Verde. O objetivo é rever os casos de pagamento de insalubridade a servidores e criar projeto de resolução que redefina o benefício.

Em decorrência da decisão da Mesa, foi encaminhado expediente ao secretário de Estado da Administração solicitando elaboração de novo laudo técnico a ser feito por diretoria específica. A Mesa quer uma posição atual

sobre as atividades e locais da Assembleia Legislativa em que existam situações de trabalho insalubres.

A ideia é extinguir a condição e, se não for possível, impor o pagamento da vantagem de forma justa e equânime aos servidores envolvidos. O Parlamento paga o benefício com base no Estatuto dos Servidores e em Resolução da década de 90, ainda em vigor.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), comentou a decisão da Mesa. "Nossa preocupação é conferir caso a caso e normatizar o benefício através de um projeto de resolução atual", afirmou.

Dionei retorna ao Legislativo

Depois de três anos longe da Casa, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) volta assumir, por



Dionei: no lugar de Uczai

dois meses, assento na Assembleia Legislativa. A vaga foi aberta através de acordo de rodízio aprovado pela bancada do PT. Dionei é o quinto suplente do partido e nesse período assume a vaga de Pedro Uczai (PT).

Julio Garcia – Depois de 60 dias licenciado, prorrogado por mais 60 dias, voltou dia 1º, à Casa o deputado Julio Garcia (DEM). Em março, o parlamentar se licenciou por motivos particulares. O deputado Ismael do Santos (DEM), que na época assumiu sua vaga, fica três semanas afastado e depois retorna, no dia 20 de julho, para assumir a vaga do deputado Herneus de Nadal (PMDB) que irá ao TCE.

Serviço Social

O Plenário autorizou, dia 1º, a criação do Serviço Social na Rede Estadual de Ensino, nas escolas de ensino fundamental e médio. Com a aprovação do Projeto de Lei n.º 358/07, de autoria do deputado Narcizo Parisotto (PTB), as escolas passarão a ter, através do serviço, um levantamento de natureza socioeconômica e familiar da população escolar.

Balança Fixa

De autoria do ex-deputado Valdir Cobalchini (PMDB), os deputados aprovaram o projeto de lei 221/08, obriga o governo do Estado a instalar pelo menos uma balança fixa e/ou móvel para pesagem de veículos de carga no trecho das rodovias estaduais com maior fluxo de veículos. A intenção é evitar que veículos com excesso de carga trafeguem pelas rodovias.

Hospitais

Aprovado dia 30 o Projeto de Lei 30/09, do deputado Darci de Matos (DEM), que torna obrigatória a instalação de placas de sinalização nas rodovias estaduais, em pontos estratégicos, indicando o hospital mais próximo, sua distância e telefones de emergência. Segundo Matos, a intenção é salvaguardar a integridade física de todos que transitam pelas rodovias do estado.

Transatlânticos

Aprovado também dia 1° o Projeto de Lei n° 84/09, de autoria do deputado Cesar Souza Junior (DEM), que reconhece Porto Belo como Capital Catarinense dos Transatlânticos. Segundo o projeto, o município é considerado o principal ponto receptivo de transatlânticos do estado. Nos últimos anos, o número de turistas que aportou na cidade através de cruzeiros marítimos triplicou.

APPs

Foi aprovado, dia 30, Projeto de Lei, o 91/09, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), que propõe que o Executivo dará prioridade na disposição de espaços físicos às Associações de Pais e Professores (APPs), como modalidade de incentivo à melhoria das condições da rede estadual de ensino e para incrementar os recursos e a qualificação estudantis.

Agricultura

O dia 24 de julho passa a ser o Dia Estadual da Agricultura Familiar em Santa Catarina. O projeto de lei instituindo a data no calendário, do deputado Dirceu Dresch (PT,) fixa a data numa referência à data da sanção da lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação das políticas públicas para agricultura familiar.

Delegado esclarece inquérito

O delegado Renato Hendges esclareceu, na Comissão de Segurança Pública, dia 1º, o andamento do inquérito policial em relação aos atentados sofridos por vereadores de Camboriú, entre os anos de 2005 e 2007. Disparos de arma de fogo, ameaça contra a vida através de ligações anônimas, invasão de domicílio e tentativa de homicídio foram os crimes contra os vereadores na época.

De acordo com o delegado responsável pelas investigações, a apuração continua. "Os atentados

estão sendo esclarecidos, confissões estão sendo feitas e prisões foram decretadas", informou. Hendges destacou que o caso está sendo solucionado e os culpados identificados. Os ex-vereadores Imenésio de Souza, conhecido como Boca (PDT), e Lucien Aguiar (PT), dois dos três vereadores da época que sofreram os atentados, estavam presentes na reunião. Apenas Claudinei Loos (PMDB), ainda vereador, não compareceu. Desde 2007, este foi o terceiro encontro para tratar do assunto.

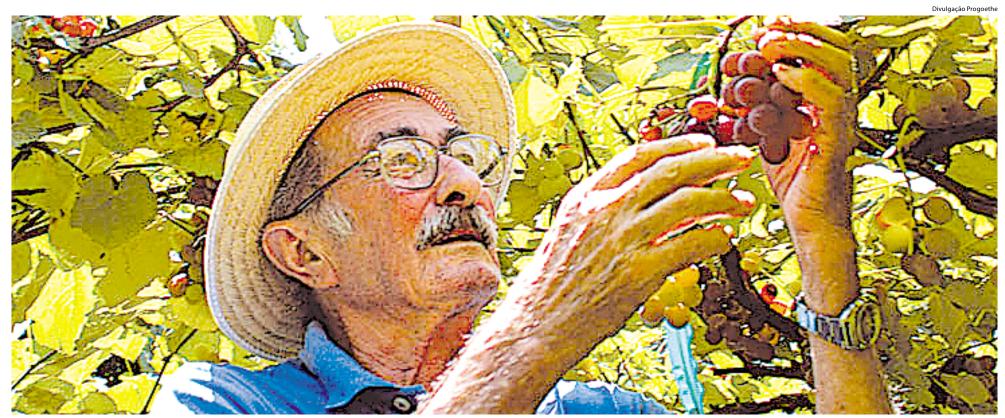
Criada Frente Pró-Cultura

Foi criada, dia 30, a Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Cultura, da Assembleia Legislativa. Por proposição do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), a ideia surgiu durante audiência pública que discutiu mudanças na Lei Rouanet, em maio. O deputado Pedro Uczai (PT) foi eleito presidente.

Conforme o proponente, a

Frente tem o princípio de que o acesso à cultura e à produção cultural - direito social básico - seja efetivamente garantido. "A criação dessa Frente é uma retribuição da Assembleia para a cultura catarinense. O setor sempre teve dificuldades no acesso a políticas públicas. Vamos nos focar nas legislações, mas também na fiscalização do setor".

AL NOTÍCIAS Santa Catarina, 3 de julho de 2009



Herdada dos colonizadores italianos, tradição da viticultura mantém-se viva no sul do estado, especialmente em Pedras Grandes, onde a uva branca confere sabor especial ao vinho

A tradição do vinho Goethe, em Azambuja

Pedras Grandes sedia, nos dias 10, 11 e 12 de julho, festa da cultura e da gastronomia italiana

Andreza de Souza

Regada a vinho e comida típica, Azambuja, em Pedras Grandes, promove dias 10, 11 e 12 de julho a VI Festa do Vinho Goethe resgatando as raízes dos colonizadores italianos. Shows, danças, corais, gaiteiros e exposições de veículos e máquinas agrícolas, além da rica gastronomia, fazem parte da programação dos três dias de festa.

A festa foi lançada em sessão ordinária dia 1º, na Assembleia Legislativa. O prefeito Antônio Felippe Sobrinho (PMDB) esteve no Parlamento convidando os catarinenses para a festa. Também estavam presentes a rainha, Tamiris De Farias, as princesas Chaiana Zanelato e Luciana França, além de representantes da comissão organizadora.

Conforme o prefeito, a Festa do Vinho Goethe representa a imigração italiana, desde a vinda dos primeiros colonizadores,

por volta de 1877, passando pela instalação dos engenhos de mandioca, serrarias e indústrias, até os dias atuais. Ele afirmou que a cultura, a gastronomia e a tradição italiana é o ponto central da festa. "Estamos preparados para receber um público de 20 a 30 mil pessoas", disse.

Realizada desde 1999 sempre em anos ímpares, a festa tem objetivo de manter a tradição dos imigrantes da região, mas também renovar as atrações artísticas. Segundo Antônio Afonso Felipe, integrante da comissão organizadora, o diferencial da sexta edição fica por conta de um parque de shows para o público jovem, com artistas nacionais que têm boa receptividade na região.

Grupos musicais de sucesso se apresentarão todas as noites, entre eles, Ivonir Machado e Novos Garotos, GDÓ do Forró, Matusa e Gabriel e Banda. "Nosso objetivo é preservar e reforçar

as tradições, mas acompanhar a evolução. A festa não pode se perder no tempo", ressalta Antônio Felipe.

Empreendedorismo

O paladar será aguçado pela comida colonial italiana, churrasco e vinho. Destaque para os pratos tradicionais: polenta com fortaia, macarrão com ensopado de galinha caipira e minestra com salame e queijo.

A promoção também tem objetivo de acentuar os valores histórico-culturais, a identidade local, valorizando os produtos e o trabalho dos produtores. Os promotores apostam na iniciativa para incentivar os talentos locais e novas iniciativas, estimulando o empreendedorismo, a inovação, o associativismo e o cooperativismo, além da permanência das pessoas no município, especialmente dos jovens, reduzindo o êxodo rural.



Rainha e princesas divulgam a festa no Parlamento

Saiba mais

lula inicial da colonização italiana no Sul do estado. A colonização que garantiu o desenvolvimento à região formada por Urussanga, Pedras Grandes, Nova Veneza, Içara e Morro da Fumaça trouxe também uma uva branca especial denominada Goethe.

O vinho feito à base dessa uva tem características únicas, uma vez que ela não é encontrada em nenhum outro lugar do mundo, a não ser em Azambuia e região. A te-americano Edward Stanniford fruta tem um branco intenso com toque de pêra. Nos arredores de Urussanga, o vinho é branco floral, com toque de baunilha.

De acordo com o site oficial da Associação dos Produtores de Uva e do Vinho Goethe (PROGOETHE), a uva Goethe é descendente da família das Moscatéis, sendo um híbrido de 90% de uvas européias e de 10% de uvas americanas. Selecionada pelo ampeólogo norRoger em 1851, o nome Goethe, foi-lhe atribuído em homenagem ao poeta alemão Johann Wolfgang Von Goethe (1749-1832).

Para a integrante da diretoria da PROGOETHE, Patrícia Mazon Freitas, a festa continua visando valorizar a produção da uva e do vinho e toda a tradição italiana. "Queremos tornar o nosso produto conhecido e estimular o consumo do vinho branco", frisou.